

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



## ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DO PARÁ NOS SÉCULOS XIX E XX

### *ASSISTANCE AND EDUCATION OF POOR CHILDHOOD IN THE EDUCATIONAL INSTITUTIONS OF PARÁ IN THE XIX AND XX CENTURIES*

Wellington da Costa Pinheiro  
Laura Maria da Silva Araújo Alves  
**Universidade Federal do Pará - UFPA**  
Luciana Dias da Costa  
**Universidade do Estado do Pará - UEPA**

#### **Resumo**

O objetivo deste trabalho foi identificar as principais instituições educativas destinadas à infância no estado do Pará, nos séculos XIX e XX, destacando aspectos da formação direcionada para as crianças nesses espaços. O estudo se constituiu em um levantamento de pesquisas sobre instituições paraenses concebidas para a infância pobre, no banco da CAPES e em livros e revistas indexadas, no recorte de 2004 a 2017. Foram mapeadas oito instituições, nas quais se apontou aspectos da criação, finalidade e práticas educativas destas. Notou-se que o modelo de atendimento e educação da infância acompanhou o percurso em nível nacional – da caridade à filantropia – e também que o projeto formativo pensado para as instituições se relacionava ao ideal de cidadão e sociedade veiculado, que tinha como uma de suas intenções dar um destino “útil” às meninas e meninos oriundos das classes mais baixas da população.

**Palavras-chave:** Infância, Instituições Educativas, História da assistência e educação no Pará.

#### **Abstract**

The aim of this work was to identify the main educational institutions for childhood in state of Pará, in the nineteenth and twentieth centuries, highlighting aspects of the formation directed to children in these spaces. The study consisted of a survey of researches about paraenses institutions designed for poor childhood, in the CAPES database and in indexed books and journals, from 2004 to 2017. Eight institutions were mapped out, in which aspects of the creation, purpose and educational practices were indicated. It was noted that the model of care and education of childhood followed the course at the national level – from charity to philanthropy – and also that the formative project designed for institutions was linked to the ideal of citizen and society that was published, which had as one of its intentions to give a "useful" destiny for girls and boys from the lower classes of the population.

**Keywords:** Childhood, Educational Institutions, History of assistance and education in Pará.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



## Introdução

A criança ao longo da história sempre precisou de alguém para suprir suas necessidades básicas e lhe fornecer instrução e educação para que pudesse se desenvolver e aprender a conviver em sociedade conforme seus pares, em virtude das particularidades da fase da vida humana que se encontra. No caso da infância pobre, que tem muitos de seus direitos negados pela sua condição de vida, a presença de aparatos e ações se tornou condição fundamental para que meninos e meninas conseguissem sobreviver às diversas mazelas que permeavam seus cotidianos.

As instituições de assistência e de educação como asilos, colégios e internatos, as quais compõem o modelo de atendimento asilar (SHUELLER, 2009), foram mecanismos utilizados ao longo da história do Brasil para acolher as crianças, sendo implantadas em diversas partes do território nacional e sob a iniciativa de várias instâncias, grupos e indivíduos como Igreja, Estado, religiosos, associações caritativas, espíritas, entre outras, que pensaram finalidades e ações específicas para formar os sujeitos que estavam inseridos nos espaços por eles concebidos.

Para a infância existiam basicamente duas categorias de instituições: para os filhos de pessoas de posses, a exemplo dos colégios internos que educavam e instruíam a “boa gente”, assim como foram criados estabelecimentos para as crianças pobres, órfãs e desvalidas, consideradas “perigosas”, caso fossem criadas e formadas sem orientação e vigilância, seja pelo viés da iniciativa de civis ou do Estado, caracterizando a ação de internar como a principal forma de amparo à infância na realidade brasileira (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Neste estudo, objetiva-se identificar as principais instituições educativas destinadas à infância no século XIX e XX, buscando pontuar aspectos da criação, finalidade e práticas educativas, que permearam as ações de assistência e educação das crianças pobres no estado do Pará. As instituições aqui são conceituadas como



educativas a fim de expressar que nesses espaços eram desenvolvidos processos formativos que vão para além da dimensão escolar, caracterizando-se como estabelecimentos que vivenciavam outras formas de transmissão cultural (CASTANHO, 2008).

A presente pesquisa se constituiu por meio de um levantamento de estudos que se debruçaram em investigar instituições criadas no estado do Pará, coletados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, livros e revistas indexadas. A partir de tal mapeamento, identificaram-se oito<sup>1</sup> instituições educativas: “Colégio Nossa Senhora do Amparo”, posteriormente denominado de “Instituto Gentil Bittencourt”, “Asilo de Santo Antônio”, “Instituto Paraense dos Educandos Artífices”, depois intitulado “Instituto Lauro Sodré”, “Orphelinato Paraense”, “Instituto do Prata” e “Instituto Orfanológico do Outeiro”.

Para compreender o processo de institucionalização da infância, este estudo discorre acerca das principais formas de atendimento à infância pobre no contexto brasileiro, abordando as primeiras iniciativas de acolhimento das crianças menores, enfatizando as fases caritativa e filantrópica desse processo; para em seguida apresentar as mais relevantes instituições destinadas à infância criadas no estado do Pará, dando ênfase na história de criação, finalidade e práticas educativas.

### **Modelos de instituições para a infância no contexto brasileiro**

As ações de acolhimento e assistência para as crianças remontam desde o Período Colonial, motivadas em virtude do crescimento da dinâmica de vida no contexto da Colônia, no qual o número de crianças abandonadas nas ruas aumentava, necessitando de medidas para solucionar esse problema, que tanto afligia os denominados “Órfãos”, “expostos”, “enjeitados”, “deserdados de sorte” ou “de fortuna”, “infância desditosa” ou

---

<sup>1</sup> Neste estudo, entendemos que as instituições que mudaram de nome, governo e estrutura se caracterizam como uma outra instituição, pois se percebe mudanças na forma de atendimento, gestão e práticas educativas.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



“infeliz” (ARANTES, 2011, p. 176), o que se tornou uma questão a ser resolvida pela Coroa Portuguesa.

Até o século XIII, a tradição religiosa, de certa forma, tolerou o abandono de crianças logo após o nascimento, vendo nessa atitude das mães para com os filhos, seja por questões morais ou econômicas, a justificativa para se evitar o infanticídio ou o aborto, dando oportunidade da criança abandonada não morrer sem antes receber o sacramento do batismo. Deste modo, “os pais estariam, assim, devolvendo a Deus – por intermédio do abandono – o filho que não queriam. Afinal, era ele o grande responsável por sua existência” (MARCÍLIO, 2006, p. 1).

Segundo Venâncio (1999), os enjeitados, já no século XVIII, eram vistos como anjinhos que corriam o risco de morrerem sem terem recebido o batismo, porém, em meados do XIX, eram tratados como produto de raças degeneradas, impuras, filhos de mestiços e negros, o que vai refletir ao longo dos anos na diminuição do número de crianças brancas em comparação com as “de cor”, fazendo com que a percepção sobre os expostos, bem como as funções e finalidades das instituições para esse fim, também fossem repensadas (NASCIMENTO, 2008), no sentido de não ter somente o papel de livrá-las do paganismo, mas regenerar filhos provenientes de raças tidas como cheias de vícios e doenças.

O século XVIII é, também, marcado pelo estabelecimento, no Brasil, de uma prática de recolhimento de órfãos que vai ser uma alternativa perante o abandono de crianças, as chamadas Rodas dos Expostos, as quais tiveram um relevante papel na assistência à infância. Foram implantadas pela Santa Casa de Misericórdia, instaladas em quase do território brasileiro e mantidas com a ajuda das Câmaras Municipais.

A Santa Casa de Misericórdia pertencia a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, e foi fundada em Lisboa, no ano de 1498. Esta, apesar de ser de caráter leigo e gozando de certa autonomia, mantinha relação próxima

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



com a realeza e os membros importantes da Igreja Católica. Multiplicaram-se nas colônias portuguesas na África, Oriente e também no Brasil, tendo como função fornecer assistência às vítimas da pobreza urbana (FALEIROS, 2011).

A Roda dos Expostos se constituía em um dispositivo cilíndrico, normalmente em madeira, com um dos lados vazados e preso em um eixo, ficando fixo nas paredes de igrejas ou colégios, a mãe colocava a criança no cilindro, girava para a criança passar para a parte interna do estabelecimento e depois tocava o sino para avisar que algum bebê havia sido deixado (MARCÍLIO, 2011). Este mecanismo evitava que as crianças fossem abandonadas em qualquer lugar, correndo risco de vida, bem como servia de meio para garantir o anonimato da pessoa que deixava a criança e, sobretudo, das mães, que não necessariamente, vale salientar, eram pobres, tendo em vista que mulheres de famílias abastadas utilizavam a Roda para encobrir crianças ilegítimas para a Igreja e para a sociedade da época, por isso tal ação era geralmente feita em período noturno.

As crianças recebidas pela Roda compunham, posteriormente ao acolhimento, as chamadas Casas dos Expostos, sob a administração das Santas Casas. A criação de abrigos para enjeitados, de acordo com Venâncio (1999), cumpria assim uma dupla função cristã: primeiro a de evitar o infanticídio e segundo possibilitava que os cristãos exercessem a caridade e o amor ao próximo.

Para o mesmo fim, criaram-se também as casas de recolhimento, para abrigar e cuidar das crianças abandonadas do sexo feminino. O primeiro começou a funcionar na Bahia, em 1716. O recolhimento surgiu, no contexto brasileiro, para guardar a honra e a dignidade da mulher e, assim, servir como possibilidade de dar um destino às meninas pobres que não tiveram a oportunidade de conseguirem um lar para que pudessem crescer, serem cuidadas e educadas com dignidade (MARCÍLIO, 2006). As meninas, geralmente, chegavam aos recolhimentos aos sete anos de idade e saíam por volta dos dezoito ou vinte. O Recolhimento das Órfãs na Santa Casa de Misericórdia, criado em

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



15 de setembro de 1740, e que funcionou em espaço anexo ao Hospital Geral da Santa Casa, foi um dos mais representativos nesse tipo de acolhimento (ARANTES, 2011).

Para Rizzini (1993), as casas dos expostos são interessantes exemplos da assistência preconizada pela caridade, tendo no isolamento das crianças pobres em uma casa comum, a intenção de preservar a moral da criança e também da sociedade, que se prevenia contra os enjeitados, considerados potencialmente desviantes. Em tais casas, os pequenos recebiam “educação moral”, o que se acreditava ser difícil de ocorrer nos seus lares de origem, pois seus pais eram tidos como degenerados, imorais e viciosos.

O atendimento à infância, pautado no sistema de acolhimento nas Rodas e nas casas dos expostos, é considerado uma das formas mais antigas e assistir às crianças, sendo iniciada na Colônia, passando pelo Império e finalizando somente nos primeiros anos da República. Muitas críticas foram dispensadas a esses modelos de acolhimento, as quais se assentavam, principalmente, sobre as condições precárias dos espaços e da amamentação mercenária por amas de leite, questões consideradas pelos pensadores higienistas da época como pontos cruciais que contribuíam para a alta taxa de mortalidade. Nessa direção, as Rodas dos Expostos foram sendo extintas, em decorrência dos muitos debates em prol de ações e medidas específicas para a infância, as quais começaram a iniciar um novo olhar sobre a assistência aos pequenos, que passa da condição de caridade para filantropia.

Em meados do século XIX e no início do XX, inicia-se uma outra forma de se conceber a assistência à infância pobre, que em seus primórdios ficava sob a responsabilidade quase que exclusiva da Igreja, em parceria com instâncias públicas e privadas, caracterizando a chamada fase caritativa, em que a ajuda aos mais necessitados passa pelo sentimento de bondade ao próximo, para a filantrópica, na qual o Estado assume o papel de pensar e gerir as formas de assistir às crianças. “A filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade” (KUHLMANN JR, 1999, p. 61).

O reconhecimento da infância, concebida como causa dos governantes, teve considerável influência do pensamento dos médicos higienistas, que estavam identificados com o movimento filantrópico que travava embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século XX. Nessa direção, buscou-se formular, a partir dos conhecimentos da medicina, um programa de atendimento às crianças desamparadas. Idealizava-se a criação de um lugar para internação destas, uma espécie de espaço no qual a criança pobre seria resguardada, protegida e educada, levando-se em consideração princípios filantrópicos e higiênicos, em que a “[...] ação do Estado, dos homens da ciência e da fé cristã se consorciam, objetivando dirigir o ‘destino dos infelizes’” (GONDRA, 2002, p. 307).

A infância, então, torna-se alvo do processo de institucionalização de maneira mais intensa, sendo promovida a implantação de muitas instituições em várias cidades brasileiras, organizadas e geridas por religiosos, irmandades ou por motivação de pessoas vinculadas à Igreja, bem como por iniciativa dos governantes, realizando, inclusive, a parceria entre Igreja e Estado, na manutenção de abrigos, orfanatos, colégios e institutos para o cuidado e educação de meninas e meninos pobres.

Nesse contexto, as instituições começaram de fato a serem pensadas, em sua constituição, para acolher, cuidar e educar crianças, divergindo da prática de abrigar os desvalidos em espaços improvisados e sob qualquer maneira de cuidá-los. Os prédios foram construídos atendendo os princípios higiênicos para possibilitar um local salubre, e a própria rotina nos estabelecimentos foram organizadas buscando condições favoráveis para que as crianças pudessem receber instrução e cuidados para crescerem fortes e saudáveis.

As iniciativas de institucionalização da infância foram motivadas, dessa maneira,

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



para dar uma solução para a problemática da infância pobre, constituída por menores abandonados material e moralmente que, em muitos casos, encontravam-se nas ruas, brincando, trabalhando, esmolando ou mesmo cometendo pequenos furtos (ARANTES, 2011).

A preocupação com a infância pobre aumentava ao passo que as cidades cresciam, posto que o processo de modernização do espaço urbano pressupunha um ambiente livre da imoralidade e da desordem, logo, os meninos e meninas que perambulavam pelas ruas eram vistos como uma ameaça à ordem pública, e, desse modo, deveriam ser retirados, pois não condiziam, conforme os discursos da elite e dos governantes, com um país que almejava ser limpo, cuidado e saneado.

Convém pontuar sobre a infância pobre, que nas primeiras formas de acolhimento, como foi verificado, recebia a denominação de exposta ou enjeitada. Nesse novo cenário, no qual o Estado e a sociedade iniciam um processo de pensar uma serventia para a criança órfã e pertencente às camadas menos favorecidas da população, assume a condição de desvalida, que correspondia à criança abandonada, órfã e pobre (VEIGA, 2012).

Intencionando o acolhimento das crianças, agora intituladas como desvalidas, os asilos foram criados em número considerável e em várias regiões do país, sendo voltados tanto para meninas quanto para meninos. Um asilo pode ser entendido como o estabelecimento ou instituição, muitas vezes mantido por ações de caridade ou filantropia, cuja finalidade era abrigar desamparados ou indigentes, fornecendo-lhes abrigo e proteção.

Para as meninas, particularmente, já existiam os recolhimentos desde o século anterior em várias cidades, mas a partir da metade do século XIX e início do XX, muitos asilos foram criados para educar e cuidar das órfãs desvalidas. Os estabelecimentos funcionavam aos moldes da dinâmica do cotidiano de uma vida

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



religiosa, tendo um limitado contato com o mundo exterior e de rotina bastante rígida. As meninas eram preparadas para casar, para serem boas mães e donas de casa, por isso, recebiam aulas de trabalhos manuais e prendas domésticas.

Nota-se muita preocupação dos estabelecimentos caritativos com a honra das meninas, separando-as em puras e impuras. Por exemplo, caso ocorresse o defloramento, a menina não mais seria considerada inocente, não podendo mais conviver com as outras demais. No entanto, “a separação das meninas pelo critério de honra não se limitou a este período histórico nem mesmo aos estabelecimentos caritativos” (ARANTES, 2011, p. 183).

Até meados do século XX, os asilos femininos, conforme Rizzini (2003), mantiveram o regime claustral, que dificultava enormemente o contato das internas com o mundo exterior em que o controle sobre a sexualidade feminina era exercido de maneira intensa nos asilos de meninas, inclusive, isso se fazia presente à época em que foram criados os órgãos nacionais de assistência, como o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no ano 1964.

Aos meninos desvalidos cabia a criação de asilos que os amparassem e lhes fornecessem formação para se tornarem futuros trabalhadores, possibilitando a aprendizagem de um ofício para que, ao atingirem a maior idade, pudessem ter uma função social, evitando, com isso, que se constituíssem em degenerados e prejudiciais a sociedade de um país que intencionava progredir ao patamar dos países mais modernos e desenvolvidos.

Os asilos receberam muitas críticas, sobretudo a partir dos primeiros anos do século XX, em relação ao seu modo de funcionamento e dos cuidados prestados aos asilados. A partir da produção de conhecimento dos higienistas, no que dizia respeito à necessidade de locais adequados e cuidados específicos para a infância, os métodos de

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



atendimento foram sendo alterados, fazendo com que as instituições passassem a adotar novas denominações, abandonando o termo *asilo*, pois era visto enquanto sinônimo de práticas antiquadas, sendo substituído por outras denominações, como escola de prevenção, premonitória, industrial ou de reforma, educandário, instituto etc. (RIZZINI, 2011).

A Casa, Colégio ou Instituto dos Educandos artífices foi uma iniciativa que também esteve na direção de assistir meninos desvalidos. Visava inculcar a valorização pelo trabalho como meio de reabilitação social. Foram instaladas em nove províncias no contexto do Brasil Império. Nas Casas, os meninos pobres recebiam a instrução primária, educação religiosa, tinham aulas de músicas e aprendiam ofícios como o de alfaiate, marceneiro, carpinteiro etc.

As Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas ou Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra caracterizam-se como mais um modelo de instituição para crianças do sexo masculino. Surgiram no Período Imperial em quase todo o país e tinham dupla função: dar instrução e formação à infância pobre, bem como atender a necessidades da Marinha e do Exército. Nos Arsenais de Guerra, eram recebidos meninos oriundos das casas dos educandos e dos colégios de órfãos; enquanto que nas Companhias de Aprendizes Marinheiros constituíam-se em escolas, cujo regime era de internato.

Conceição (2012) aponta que os meninos eram recolhidos nas ruas para serem internados nesse tipo de instituição, servindo como um mecanismo de “limpeza”, em virtude do quantitativo de internos, dos desvalidos que perambulavam pelas ruas das principais cidades do Brasil. Tal foi o seu alcance que o número de meninos enviados pelas companhias imperiais aos navios de guerra, por exemplo, chegou a ser superior ao de adultos recrutados e voluntários.

Orfanato, orphanato e orfanológico foram também denominações utilizadas para



nomear instituições de assistência às crianças desvalidas, sendo utilizadas, inclusive, para substituir a nomenclatura asilo, mas para além disso, caracterizavam-se por estabelecimentos voltados para a infância cujo público poderia se composto por órfãos de pais e mães, filhos de viúvas que necessitavam deixar a criança para poder trabalhar e até por mulheres que desejavam esconder o fruto de um relacionamento ilegítimo.

### **As instituições para a infância pobre no Pará**

As primeiras iniciativas para assistir à infância pobre no contexto paraense, apesar dos poucos registros, remontam ao Período Colonial por conta das ações desenvolvidas pela Santa Casa de Misericórdia por volta de 1650, assim como em quase todo o Brasil, na sua missão de ajudar doentes e crianças desvalidas. Diferentemente do que aconteceu em outras regiões do território nacional, não há documentos que comprovam a existência do sistema da Roda dos Expostos no Pará, mas há indícios que sinalizam o possível funcionamento de uma Casa dos Expostos, mas por um tempo bem curto.

Sousa (2010), na pesquisa “Traços de Compaixão e Misericórdia na História do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX”, na intenção de compreender as origens da assistência aos recém-nascidos, a partir de documentos da Província do Grão-Pará, identificou pistas que sinalizam a possibilidade de que pode ter havido uma Casa dos Expostos, ao encontrar em relatórios, a menção ao “Mordomo dos Expostos”, figura responsável em realizar o registro dos expostos e regular a vida destes dentro e fora da Casa. Em um relatório de 1866, a autora localizou a última referência a este estabelecimento, levando a se inferir que daí em diante ocorreu o encerramento de suas atividades.

Tempos depois, têm-se informações da existência da Casa da Caridade, a qual foi uma das primeiras instituições voltadas para a infância que se tem conhecimento na realidade paraense. Foi criada no ano de 1788 pelo Frei Caetano Brandão e destinada

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



para acolher meninas órfãs e pobres, tendo sua manutenção custeada mediante esmolas e doações, que eram solicitadas pelo religioso às pessoas no sentido de contribuírem com este projeto de caridade, mas que não foram suficientes para sustentar o estabelecimento e, além disso, ficou sem o auxílio de seu criador, que partiu em viagem à Portugal, decretando o término das atividades da instituição (VIANNA, 1992).

Em 1804, foi criado um outro local para assistir meninas na Província do Pará, o chamado Recolhimento das Educandas. Este surgiu quando D. Manuel de Almeida Carvalho, sétimo bispo paraense à época, em viagem realizada pelas regiões do Solimões e Rio Negro, trouxe consigo quinze meninas de origem indígena para lhes fornecer abrigo e educação. Conforme Vianna (1992), o espaço foi mantido com a ajuda de doações e mesmo com o limitado recurso financeiro, o religioso conseguiu alugar uma casa para que sua obra de assistência pudesse funcionar.

O Recolhimento ou Casa das Educandas, como também foi referenciado em alguns documentos da época, em virtude dos poucos recursos, vivia em situação precária, já que os valores recebidos pela instituição não davam conta de todas as suas necessidades. Sousa (2010) salienta que esse quadro fez com que, a partir do ano de 1839, o espaço passasse a não atender mais meninas índias, somente órfãs, desvalidas e pensionistas, que tinham seus custeios pagos, o que contribuía com o orçamento do estabelecimento. No ano seguinte, o governo provincial angaria recursos e transfere o Recolhimento para um espaço melhor e mais confortável para as internas.

O Presidente da Província, Fausto Augusto Aguiar, sanciona uma lei em novembro de 1851 que passa para o governo provincial a responsabilidade de manter a Casa das Educandas. O estabelecimento recebeu oficialmente o nome de Collegio de Nossa Senhora do Amparo, cuja finalidade seria a de recolher e educar meninas desvalidas, tendo o presidente da província a função de protetor do colégio (VIANNA, 1992).

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



No estudo “A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889), Sabino (2012) evidenciou que o referido colégio, na realidade, foi criado como medida provincial para higienizar a cidade e evitar que as meninas desvalidas ficassem vadiando pelas ruas, e assim fosse possível dar a elas uma formação primária com atividades de leitura, escrita, caligrafia, aritmética e gramática, além de orientações morais e religiosas e uma educação doméstica, para que as meninas desvalidas quando saíssem do Amparo pudessem arranjar um “bom” casamento.

Com base na documentação analisada, a autora concluiu que o Colégio do Amparo estava no bojo de uma sociedade que vivia na busca do progresso social e moral do povo da província, na qual o discurso higienista tornou-se imprescindível para se chegar a tão propagada civilidade. Sendo assim, a instituição prestava um serviço à sociedade, pois de acordo com os discursos dos dirigentes provinciais, as meninas ali acolhidas eram amparadas da miséria e ignorância e se tornariam mulheres úteis à sociedade (SABINO, 2012).

No ano de 1897, no governo de Paes de Carvalho, por decreto, o Colégio Nossa Senhora do Amparo passou a ser intitulado de Instituto Gentil Bittencourt, em homenagem ao Dr. Augusto de Moraes Bittencourt, que por muitos anos foi um importante provedor do Amparo. Nesta nova fase, a missão do estabelecimento era de dar instrução primária e educação moral e doméstica às órfãs desvalidas. A instituição ganhou um imponente prédio em área nobre do centro de Belém, ilustrado na figura 1, que foi oficialmente inaugurado em 1906. Além disso, a instituição reconfigurou a sua organização administrativa e seu ensino, que ficou vinculado ao Estado, cujas aulas eram ministradas por docentes do ensino público e as de prendas domésticas ficaram a cargo das Filhas de Sant’Ana.

No estudo “Fragmentos da História da Educação no Pará no início do século XX:

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas”, Sousa (2015) destaca que a formação das internas nesta instituição era pautada na educação doméstica, cívica e moral, com currículo específico, no qual a importância maior recaía sobre o ensino das prendas e serviços domésticos. Estes eram desenvolvidos no estabelecimento com bastante rigor e o que se produzia era utilizado no cotidiano da instituição e também vendidos. A figura 2 retrata uma aula de formação musical.

**Figura 1** – Prédio do Gentil Bittencourt



**Fonte:** Álbum do Pará (1908).

**Figura 2** – Aula de música no Instituto



**Fonte:** Mattoso (1907).

O grupo das educandas, conforme a autora, era composto de meninas pobres e/ou órfãs, brancas, pardas, mestiças e caboclas e oriundas de diferentes regiões do Pará. O foco era acolher meninas tidas como desvalidas, mas também era permitida a entrada de certo número de internas que não fossem órfãs. As meninas que ali residiam vivenciavam uma rotina rígida, fortemente vigiada pelos empregados do estabelecimento, composta de estudos e tarefas, que evitava que estas ficassem ociosas. Tal organização pedagógica era considerada um meio para a formação de boas mães e esposas, tornando-se, assim, um caminho para que as moças tivessem um destino moralmente aceitável, em oposição, a uma vida moralmente desregrada.

O Asilo de N. S. do Carmo foi uma instituição também voltada para o sexo

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



feminino e consistiu em um dos mais relevantes estabelecimentos educativos do final do século XIX. Criado pelo bispo da Província o Pará, em 1871. No ano de 1873, recebeu a denominação de Asilo de Santo Antônio e passou a funcionar nas dependências do Convento dos padres franciscanos. Em 1878, foi reinaugurado, começando a atender pensionistas e sob a direção da congregação de origem italiana, das Irmãs Mestras do Instituto de Santa Dorotéia, que se ocupavam de zelar especificamente pela educação de meninas.

Costa (2014), no estudo “A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888)”, identificou que as internas eram educadas nos princípios da fé católica, com saberes que se pautavam no catecismo e rituais religiosos, no ensino da leitura, escrita e conhecimentos elementares de aritmética, bem como nos trabalhos manuais como lavar, cozinhar, passar, costurar, bordar, entre outros. Tais conhecimentos eram ministrados conforme a origem social das educandas, as desprovidas de recursos recebiam somente formação doméstica, enquanto que as meninas de posses tinham direito a uma educação mais elaborada para se tornarem damas preparadas para regerem lares condizentes com sua posição social.

O autor evidenciou o destacado papel de D. Macedo Costa para a instituição e para a educação nesse contexto, pois este acreditava na regeneração da sociedade pela educação intelectual, moral e religiosa, sobretudo, para a mulher, pois ao educá-las nos pressupostos por ele defendidos as mulheres seriam difusoras de bons princípios, influenciando na educação dos filhos, nos bons costumes, na orientação do esposo nos fundamentos religiosos cristão, contribuindo para formar uma sociedade civilizada e moralmente ajustada ao ideal de comportamento à época.

Já para atender os meninos desvalidos, foi criada a Casa dos Educandos, Aprendizados ou Artífices, em 1840, semelhante ao idealizado em várias regiões do

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



território brasileiro. Há indícios que a instituição tenha sido originada da Companhia de Obreiros, em 1838, a qual recolheu, em um mesmo local, quarenta e seis meninos que estavam divididos entre os arsenais da Marinha e de Guerra e Obras Públicas, sendo sustentados pelo Tesouro Provincial (CASTRO, 2015).

A Casa apresentava a finalidade de abrigar meninos pobres e desvalidos, entre sete e quinze anos de idade, para receberem instrução e formação em ofícios. Desde sua idealização, o estabelecimento foi marcado por dificuldades financeiras, que fizeram com que fosse, em 1852, fechado. Em 1870, passou a possuir a denominação de Instituto Paraense dos Educandos Artífices, recebendo destaque por parte das autoridades governamentais da época, que o tratavam como uma reconhecida e necessária instituição da infância paraense.

Barbosa (2011), na pesquisa “O instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque”, investigou o atendimento nesta instituição, entre os anos 1870-1889, percebendo que este se caracterizou com uma das principais iniciativas políticas de atendimento à infância pobre neste contexto. Neste estabelecimento, recebia-se instrução das primeiras letras, geometria, ginástica, música, bem como formação de ofícios como marcenaria, sapataria, alfaiataria, entre outros.

O Instituto Paraense dos Educandos Artífices, de acordo com o referido autor, ao educar os filhos das famílias mais pobres da região, assumiu um importante papel na sociedade paraense no sentido de formar homens e profissionais úteis a si mesmo e à nação, contribuindo, por meio da sua organização pedagógica e curricular, para o desenvolvimento de indivíduos dóceis e ajustados à sociedade. A instituição, portando, intencionava dar um “bom” destino para meninos, transformando mestiços e índios em cidadãos “distintos” e “morigerados” (BARBOSA, 2011).

No ano de 1897, o Instituto dos Educandos, já no governo de Paes de Carvalho,

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



passou a se chamar Instituto Lauro Sodré, em homenagem ao ex-governador que contribuiu para o desenvolvimento de tal instituição, mas continuou com a sua finalidade de formar trabalhadores, inclusive, em muitos documentos é nomeada de Escola Profissional. Nessa nova fase, o estabelecimento ganhou a dimensão de colônia orfanológica, artística, industrial e agrícola, sofrendo importantes modificações, no que diz respeito à criação de um imponente prédio, retratado na figura 3, para o funcionamento das atividades por ele desenvolvidas, assim como alterou o seu programa de ensino.

Sousa (2010), em estudo já mencionado, salienta que a formação para os ofícios desenvolvida nessa instituição desde seus primeiros anos, ainda como Instituto dos Educandos Artífices, passou por mudanças significativas, no sentido de acompanhar as novas demandas do ensino profissional. Aos educandos, eram ofertados cursos agrícolas (agricultura, pecuária e zootecnia) e industriais (artes e ofícios), com a duração de seis anos em média, sendo quatro de estudos básicos e mais dois de especialização, nas oficinas de carpinteiro, marceneiro e torneiro; tipógrafo e impressor; encadernador; serralheiro mecânico; funileiro; sapateiro, surrador curtidor e corrieiro; e alfaiate. A figura 4, por exemplo, retrata uma aula de marcenaria realizada pelos educandos do estabelecimento.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



**Figura 3** – Prédio do Instituto Lauro Sodré



**Fonte:** Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904).

**Figura 4** – Aula de marcenaria



**Fonte:** Álbum do Pará (1908).

A produção das oficinas rendia consideráveis lucros para os cofres públicos, assim como servia para suprir as demandas de outras instituições à época, fornecendo muitos produtos manufaturados, como chinelos, sapatos, mesas, carteiras, bancos de acapu com encostos de ferros, cadernos, cadernetas, livros de registros, entre outros. O Instituto Lauro Sodré, nos finais do século XIX e início do XX, segundo Sousa (2010), foi um estabelecimento que gerava orgulho aos governantes, em face de ser considerado um modelo de instituição profissional e por sua contribuição na formação de meninos pobres em trabalhadores. Mas, com a decadência da economia da borracha, este foi sofrendo com a redução de custos. Por volta da metade dos anos de 1900, transformou-se em Colégio Lauro Sodré, ainda de caráter profissional.

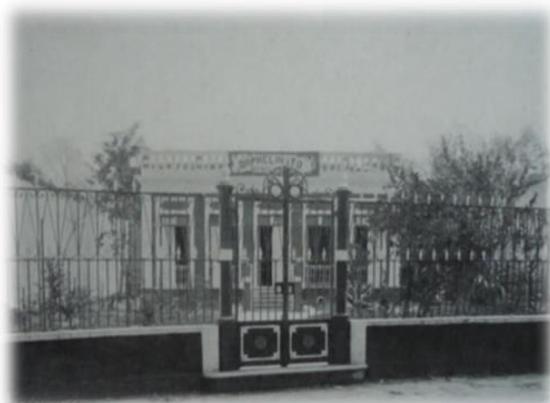
O Orphelinato Paraense também foi uma instituição bastante representativa na história da institucionalização da infância paraense, que teve como finalidade amparar e educar meninas órfãs. Foi criado no ano de 1893 por Lauro Sodré, primeiramente foi mantido por ações de caridade, por sócios e doações. Em 1902, passou para o âmbito municipal, com a ajuda de Antônio Lemos, Intendente Municipal de Belém e figura de grande representatividade no cenário deste orfanato. No ano de 1906, foi autorizada uma reforma no prédio do estabelecimento, bem como ocorreu a mudança de seu nome



para Orfanato Antônio Lemos.

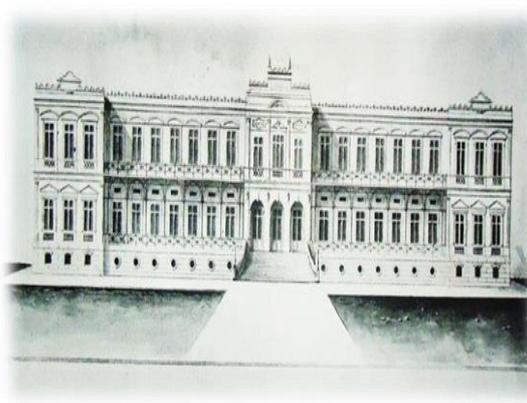
No estudo “Educação de meninas no Orphelinato Paraense (1893-1910)”, Pimenta (2012) evidenciou que o Orphelinato teve ampla repercussão na sociedade paraense na investida de amparar e educar órfãs, sendo considerado um exemplo a ser seguido. Atendia meninas paraenses, de outras regiões do país, bem como estrangeiras. Por conta de toda a sua visibilidade, a procura por vagas, normalmente, era maior do que a capacidade que instituição possuía para receber as educandas.

**Figura 5** – Prédio do Orphelinato



**Fonte:** Relatório Municipal de Belém (1902).

**Figura 6** – Planta do novo edifício Orfanato



**Fonte:** Relatório Municipal de Belém (1905).

O Orphelinato consistia em um meio de “civilizar” as meninas, educando-as com bons modos para que pudessem viver em sociedade, livres da “ignorância” e dos vícios mundanos. Com esse intuito, tal instituição formou mulheres com uma bagagem cultural que englobava vários saberes, como “os musicais, literários, cênicos, linguísticos, do lar, das prendas, sem contar na rica troca cultural que devia existir naquele educandário” (PIMENTA, 2012, p. 126).

Duarte (2013), abordando tal instituição no estudo “Órfãs e Desvalidas: a formação de meninas no Orphanato municipal de Belém do Pará (1893-1931)”, analisou

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



as práticas educativas aplicadas à centenas de meninas que viveram em condição asilar em um período marcado por transformações políticas, econômicas e sociais na capital paraense. O estudo revelou que os regulamentos, programas e compêndios de ensino da educação das órfãs foram direcionados, em grande medida, em consonância com os estabelecidos para as demais escolas públicas.

Na formação das meninas, segundo o autor, ficou evidenciado que as disciplinas que envolviam as habilidades práticas como trabalhos manuais recebiam maior destaque. Dentre as quais se encontravam trabalhos de agulhas e de prendas domésticas, que tinham prioridade, ocupando boa parte do tempo das educandas, que viviam sob constantes vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana filhas de Sant'Ana, que direcionam de maneira rigorosa e disciplinada a instrução e educação das educandas de acordo com os princípios formativos da instituição, no sentido de preparar as meninas para assumirem o papel de “boas mulheres” na sociedade paraense da época.

O Instituto do Prata foi outra instituição de destaque, idealizado com o apoio político e financeiro do governo paraense, no Núcleo Colonial Indígena do Maracanã; era composto por dois internatos, um para meninos e outro para meninas indígenas, tendo relevante expressão na assistência e educação da infância no contexto do estado do Pará, a partir das ações das políticas indigenistas e dos missionários capuchinhos. De acordo com Rizzini (2004), o Prata fazia parte de um projeto articulado com várias instâncias (igreja, casas, oficinas, roçados, internatos e escolas), cuja intenção global era preparar trabalhadores, sobretudo, para o trato com a terra, objetivando colonizar a região, bem como formar esposas conforme os preceitos cristãos para constituírem famílias.

No estudo “O Instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921)”, Rizzini e Schueller (2011) abordaram a criação destes dois internatos, apontando a sua

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



representatividade para os pais e mães dos internos, explicitando que o envio das crianças para os internatos não se caracterizou como uma aceitação passiva de um modelo de educação oposto aos asseios dos residentes no Núcleo de Colonização, do qual o referido instituto fazia parte, o que é comprovado pelo representativo quantitativos de alunos (as) matriculados, o que , de certo modo, reflete que as famílias desejavam que seus filhos fossem educados nesse modelo educacional pedagógico-cristão.

No ano de 1903, conforme as autoras, o governo do Pará passou a custear os dois internatos, reunindo índios e crianças das cidades sob a denominação comum de Instituto da Infância Desvalida Santo Antônio do Prata, que tinha como finalidade educar meninos e meninas dos 6 aos 20 anos, cujo o perfil deveria obedecer aos seguintes critérios: a) filhos de índios; b) órfãos pobres; c) moral e materialmente abandonados; d) filhos de réus condenados sem meios de subsistência; e) vadios e vagabundos.

Em relação ao ensino oferecido, havia diferenciação entre o que era dispensado aos meninos e às meninas. Os meninos frequentavam os três cursos da escola masculina e trabalhavam como aprendizes nas oficinas (tipografia, serraria, mecânica), na agricultura, na capina e nas construções, faziam aulas de músicas, assim como participavam da limpeza do estabelecimento, da jardinagem, horticultura, cozinha, dormitórios etc.

As meninas também tinham acesso aos três graus de ensino, não havendo diferenças em comparação ao da escola dos meninos, porém, estas recebiam formação para o trabalho doméstico. As internas e um grupo de voluntárias, na parte da tarde, sob a supervisão das Irmãs Terceiras Capuchinhas, desenvolviam trabalhos de costura, bordado, renda e cozinha, que eram expostos ao final dos anos. As internas ainda

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



recebiam aulas de exercício vocal (RIZZINI; SCHUELLER, 2011).

**Figura 6** – Escola de meninos



**Fonte:** Álbum do Pará (1908).

**Figura 7** – Escola de meninas



**Fonte:** Álbum do Pará (1908).

Em 1904, criou-se no governo de Augusto Montenegro o Instituto Orfanológico do Outeiro, alojado na antiga hospedaria de imigrantes na ilha de Outeiro, destinado a assistir e educar meninos órfãos na faixa etária de seis a doze anos em regime de internato. Foi uma das primeiras instituições educativas direcionadas para acolher crianças do sexo masculino e em idade inferior a dez anos de idade. O estabelecimento ganhou grande destaque enquanto “benfeitoria” do governador do estado à infância desvalida e à sociedade paraense.

No estudo “Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)”, Pinheiro (2017) analisou os discursos que permearam a história desta instituição. Ao investigar as práticas educativas realizadas no Orfanológico, identificou que os internos recebiam ensino elementar, pautado no programa oficial da instrução pública, bem como praticavam ginástica sueca e lições de instrução moral e cívica, em uma rotina altamente rígida e cronometrada. Além disso, os educandos vivenciavam um contexto permeados por

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará

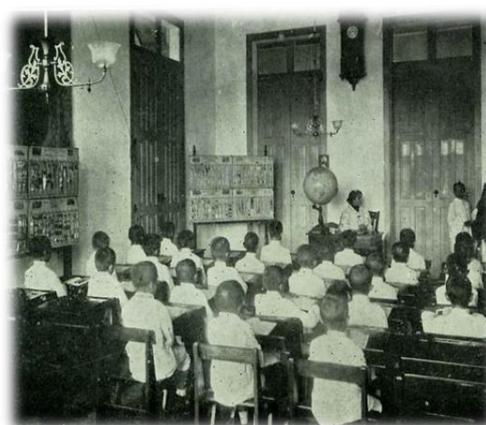


atendimentos de profissionais como dentista, enfermeiro, farmacêutico e médico, que objetivam cuidar da saúde dos meninos, para crescerem sujeitos fortes e saudáveis.

**Figura 8** – Prédio do Instituto Orfanológico do Outeiro **Figura 9** – Sala de aula



**Fonte:** Álbum do Pará (1908).



**Fonte:** Álbum do Pará (1908).

Os discursos que permeavam a assistência, proteção e educação dos meninos, conforme Pinheiro (2017), convergiam-se para um modelo de formação que concebia o Instituto Orfanológico como um espaço de preparação inicial de mão de obra trabalhadora, direcionando aos internos um conjunto de normas e condutas disciplinares e higiênicas, bem como valores morais, cívicos e nacionalistas. Essas práticas educativas dialogavam com um projeto formativo para a criação do ideal de cidadão republicano, que desde a tenra idade deveria ser preparado de maneira, saudável, ordeira e disciplinada para servir ao Estado.

## Considerações finais

A institucionalização da infância, no Brasil, desde a sua origem seguiu um modelo asilar no qual se criavam espaços – asilos, casas, orfanatos, colégios, institutos, educandários, preventórios para acolher e educar crianças. Evidenciou-se neste estudo

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



que, de um modo geral, as instituições de acolhimento às crianças assumiram diferentes configurações conforme a sua finalidade e o público atendido, não se caracterizando como um processo uniforme em todo o território nacional, tendo em vista que além dos estabelecimentos escolares, outros tipos de instituições educativas se destacaram “como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização tão almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo” (SCHUELLER, 2009, p. 1).

Ao mapear as principais iniciativas destinadas à assistência e educação da infância pobre no estado do Pará foi possível perceber que o percurso de implantação e concepção das instituições criadas no cenário paraense esteve de certa maneira em consonância com o desenvolver do processo de institucionalização das crianças pobres no Brasil, iniciando pela fase caritativa, com os primeiros estabelecimentos ainda mantidos pelas ações de caridade de religiosos e pessoas da sociedade, que se sensibilizavam com o projeto cristão de ajudar os mais necessitados, até chegar à chamada fase filantrópica, na qual as instituições, norteadas por princípios científicos-pedagógicos, tornam-se geridas, em muitos casos, pelo poder público, pois a criança era responsabilidade deste, logo, cabia ao Estado pensar como zelar por esse “patrimônio”.

Notou-se que o desenvolvimento, as transformações e o aumento em número das instituições voltadas para a infância pobre na realidade paraense não pode ser pensada desvinculado no contexto político e econômico da transição do século XIX para o XX, no qual o Pará, mas especificamente a capital Belém, sofreu profundas alterações em decorrência da economia da borracha, cujos lucros possibilitaram, além de consideráveis reformas urbanísticas e das sentidas modificações nas práticas culturais da elite paraense, certo investimento na educação, uma vez que essa conjuntura propiciou a construção e o investimento de muitas das instituições acima apresentadas.

Na maioria das instituições estudadas, percebeu-se que a finalidade que perpassa

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



pelas suas criações tinha o objetivo de dar um destino às meninas e ao meninos pobres, órfãos e desvalidos, que necessitavam ser moldados para se tornarem úteis e não sujeitos que pudessem trazer prejuízos, o que fica mais evidente nos primeiros anos do Pará republicado, em que se pensam instituições educativas para resguardar e recolher os pequenos indesejados das cidades, isto é, crianças, que vagavam pelas ruas mendigando ou cometendo delitos.

Nessa perspectiva, ao serem fundamentadas no discurso de “salvar” a criança, civilizando, cuidando, educando e higienizando-a, na realidade, essas instituições, em sua maioria, serviram justamente como instrumento do Estado para formar a infância em consonância com discursos fortemente difundidos desde o Período Imperial, no qual o Pará ainda estava na condição de província, em que as meninas eram formadas para serem boas esposas e mães de família, para gerarem filhos fortes e saudáveis à sociedade e assim livres de uma vida de marginalidade e prostituição; no caso dos meninos, trabalhadores úteis, e não vadios e criminosos.

## Referências

ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 153-202.

BARBOSA, A. C. E. **O Instituto Paraense de Educando Artífices e a Morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPA, 2011.

CASTANHO, S. A institucionalização escolar entre 1879 e 1930. In: **Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande-MS, n. 25, p. 43-56, jan./jun. 2008.

CASTRO, C. A. A educação da infância desvalida paraense nos oitocentos: a Casa de Educandos Artífices. In: **Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Republicano**. ARAÚJO, S. M. S et al (Org.). Belém: EDUEPA, 2015, p. 17-34.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



CONCEIÇÃO, J. T. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 322f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, 2012.

COSTA, G. B. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888)**. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). UEPA, 2014.

DUARTE, A. V. M. **Orfãs e Desvalidas: a formação de meninas no orfanato municipal de Belém do Pará (1893-1931)**. 277f. Tese (Doutorado em Educação). UFUB, 2013.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Brasil Império. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 203-222.

GONDRA, J. G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, C. F; KUHLMANN JR, M. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318.

KULHMANN M. J. Educação infantil e currículo. In FARIA, A. L.G, PALHARES, M. S. (Org.) **Educação infantil pós LDB: rumos e desafios**. São Paulo: Autores Associados, 1999, 122-135.

MARCILIO, M. L. A Roda dos Expostos e a criança abandonada no Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (orgs.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 53-80.

\_\_\_\_\_. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MATTOSO, E. **O Dr. Augusto Montenegro: sua vida e seu governo**. Paris: T Dissieux, 1907.

NASCIMENTO, A. C. **A sorte dos engeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças no Recife (1789-1832)**. São Paulo: Annablume – FINEP, 2008.

PARÁ. **Álbum do Estado do Pará (1901-1909)**. Oito anos de governo. Mandado organizar pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do estado. Paris: Choponet, 1908.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



\_\_\_\_\_. **Monographia Do Instituto Lauro Sodre.** Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.

\_\_\_\_\_. **O município de Belém:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905.

\_\_\_\_\_. **O município de Belém, 1897 a 1902:** Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1902.

PIMENTA, A.S.F. **Educação de meninas no Orphanato Paraense (1893 -1910).** 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). UEPA, 2012.

PINHEIRO, W.C. **Instituto Orfanológico do Outeiro:** assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913) 227f. Tese (Doutorado em Educação). UFPA, 2017.

RIZZINI, I. **Assistência à infância no Brasil:** uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I. **O Século Perdido.** Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, I. **O cidadão polido e o selvagem bruto:** a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 2004. 441f. Tese (Doutorado em História Social). UFRJ, 2004.

RIZZINI, Irene (Org.) **Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas:** trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2003.

RIZZINI, I; SCHUELLER, A. O instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921). In: **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.86-107, Jul/Dez. 2011.

SABINO, E. B. **Assistência e a Educação de meninas desvalidas no colégio Nossa senhora do Amparo (1860-1889).** 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPA,

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



2012.

SCHUELLER, A. Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. - janeiro/julho 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-artigo\\_1\\_internatos\\_asilos\\_e\\_instituicoes\\_alessandra\\_f\\_m\\_de\\_schueler.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_f_m_de_schueler.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2015.

SOUSA, C. M. P. Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 62, p.144-156, maio, 2015.

SOUSA, C. M. P. de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará:** instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX. 196f. Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP, 2010.

VEIGA, C. G. História da Educação Social: um campo de investigação para a história da Educação. In: PESSANHA, E. C.; GATTI JUNIOR, D. (Org). **Tempo de cidade, lugar de escola:** história, ensino e cultura escolar em "escolas exemplares". Uberlândia: EDUF, 2012.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas**, assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

VIANNA, A. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense:** notícias históricas (1650/1902). Belém: SECULT, 1992.

---

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



---

## Sobre os autores

### **Wellington da Costa Pinheiro**

Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação Física - FEF/UFPA. E-mail: [welingtoncpinheiro@hotmail.com](mailto:welingtoncpinheiro@hotmail.com).

### **Laura Maria da Silva Araújo Alves**

Doutora em Psicologia da Educação. Docente da Faculdade de Pedagogia - FAED/UFPA e do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED/UFPA. E-mail: [laura\\_alves@uol.com.br](mailto:laura_alves@uol.com.br)

### **Luciana Dias da Costa**

Mestre em Educação - PPGED/UEPA. Graduada em Pedagogia – UFPA. E-mail: [lucianna.ufpa@gmail.com](mailto:lucianna.ufpa@gmail.com)

Recebido em: 22/04/2018

Aceito para publicação em: 12/05/2018